

PESCA ARTESANAL – CONFLITO, CULTURA E IDENTIDADE: O CASO POTIGUAR ¹

Anelino Francisco da Silva
Departamento de Geografia – UFRN.
Tásia Hortêncio Lima de Medeiros
Departamento de Geografia – UFRN.
Valdenildo Pedro da Silva
Departamento de Meio-Ambiente – IFRN.

Resumo

A pesca artesanal – conflito, cultura e identidade: o caso potiguar analisa a situação da pesca artesanal em suas dimensões socioeconômicas e culturais, empreendida nas comunidades pesqueiras do litoral potiguar. A metodologia empregada nesta pesquisa, atenta em compreender o estado atual da atividade e o significado cultural no universo dos pescadores, como atividade geradora de trabalho e renda, que absorve um contingente expressivo de trabalhadores, mas que por falta de gestão apropriada, do monitoramento dos estoques pesqueiros, do baixo desenvolvimento tecnológico e da infra-estrutura de recursos para aquisição de barcos com maior capacidade de ação, a pesca vive num descompasso de ordem econômica que tem refletido no processo identitário e no significado cultural, representado. A pesca marinha no espaço em questão é realizada, sob dois estágios – a pesca artesanal e industrial. A trajetória do desenvolvimento do setor pesqueiro sinaliza uma estrutura organizativa atrelada a Colônias, Federações e Confederação Nacional de Pescadores. Esse atrelamento estabelece uma configuração de modelo de gestão da pesca, em cuja superação ainda não se encontra delineado.

Palavras-chave: Pesca artesanal; atividade socioeconômica; significado cultural; litoral potiguar;

Introdução

¹ Desenvolvido sob a égide da Base de Pesquisa Estudo Urbanos e Regionais. Participou como bolsista Alexsandro Pereira Patrício.

O Rio Grande do Norte, mesmo tratando-se de um espaço relativamente pequeno, apresenta variada e complexa diversidade regional, que decorre muitas vezes de seus traços culturais e socioeconômicos. A economia da pesca artesanal assenta-se “numa frota de 3.646 embarcações, na sua maioria jangadas e paquetes movidos à vela e a remo (75%). Só 25% dessa frota é constituída de embarcações movidas a motor e mesmo assim ainda apresentam um outro elemento limitante para um melhor desempenho da atividade pesqueira” (FELIPE; CARVALHO, 2002:88).

Para esses autores, a pesca artesanal representa cerca de 80% da produção pesqueira do Estado. Essa produção vem se dando principalmente nos municípios costeiros ou ao longo do litoral como: Tibau, Areia Branca, Macau, Caiçara do Norte, São Miguel do Gostoso, Touros, Rio do Fogo, Maxaranguape, Natal, Tibau do Sul e Baía Formosa.

É conhecido que a pesca está envolvida no problema global de escassez de alimento. Mas esta escassez é produzida pelas ações de uso irracional, do recurso natural que são os estoques pesqueiros. No início da década de 1980, empresas modernas se instalam no Estado, trazendo embarcações equipada e pessoal qualificado para pescar em água de grande profundidade. Entretanto, diversos fatores apontam a formação do descompasso – sobrepesca em certas áreas; baixo rendimento das unidades produtoras; tecnologia e o sistema de comercialização que fragilizam o setor pesqueiro. Mas não resta dúvida que a pesca tem se mantido como uma atividade econômica e cultural para o Estado. Nesse ínterim, a pesca artesanal tem se destacado pelos processos de resistência e manutenção de uma arte e uma atividade socioeconômica muito importante.

Mas é a pesca artesanal é representativa do ponto de vista de absorção de mão-de-obra e de sua representação cultural. Nesse contexto, um fator tem sido importante nestas comunidades pesqueiras – o significado cultural e a identidade que o pescador e a comunidade local têm da pesca. As práticas socioculturais da “gente do oceano/mar” dão às comunidades pesqueiras características identitárias e culturais, pois passam a ser uma das dimensões da vida social dos pescadores, um espaço de crenças, mitos e utopias, e adquirem valor simbólico e material para a reprodução da condição humana dos pescadores.

Tenta-se analisar o estado atual da atividade e o significado cultural no universo dos pescadores, como atividade geradora de trabalho e renda, que absorve um contingente expressivo de trabalhadores, mas que por falta de gestão apropriada, do monitoramento dos estoques pesqueiros, do baixo desenvolvimento tecnológico e da infra-estrutura de recursos para aquisição de barcos com maior capacidade de ação, a pesca vive num descompasso de ordem econômica que tem refletido no processo identitário e no significado cultural, representado.

A metodologia no sentido mais amplo é um conjunto de atividades orientadas para a busca de apreender o conhecimento e/ou a problemática, objeto da pesquisa. O conhecimento da realidade empírica se revela por meio de fatos, que usaremos para indicar a realidade no interior do espaço de pesca.

A pesca em suas relações socioculturais

No Estado do Rio Grande do Norte há inúmeras comunidades pesqueiras artesanais tradicionais ao longo do litoral. Entendemos por tradição o que Maria da

Conceição Almeida aborda em *Complexidade e cosmologia da tradição* ao expressar que é os conhecimentos adquiridos de gerações passadas o saber tradicional produziu diversificado norteador de leitura e interpretação do mundo (ALMEIDA, 2000).

Nesse sentido, o tradicional pauta-se, também, como ciência, pela referência ao contemporâneo. A atualização do sistema de referência em função das transformações ocorridas é uma evidência que não se pode omitir.

E num mundo em crise de valores e de sentidos como é o atual, a questão da cultura e da identidade tem sido o centro das atenções. Aqui se entende cultura

não como entende o senso comum, mas como uma idéia abrangente. A cultura manifesta-se espacialmente e permite a elaboração de mapas de significados que incluem representações gráficas do que é [...] lembrado, imaginado e contemplado [...] material ou imaterial, real ou desejado, do todo ou da parte [...] vivenciado ou projetado (COSGROVE, 2000, p.2, grifo nosso).

No tocante à identidade, que se quer, neste trabalho, buscar simbolicamente elementos que retratem a identificação social, já que esta se expressa através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta e simbólica. As identidades sociais, puramente simbólicas, são produzidas como representações da realidade de um reconhecimento social da diferença: “as marcas da identidade não estão inscritas no real, embora os elementos sobre os quais as representações de identidade são construídas sejam dele selecionados” (PENHA, 1992, p.167).

Assim, a identidade territorial se exprime pelo conjunto conectado de representações que dão uma certa homogeneidade ao espaço a que se refere, ou reconhece nele essa homogeneidade, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e que ali se identifica (HAESBAERT, 1999, p. 50).

A atividade pesqueira marinha artesanal em questão está especializada de Baía Formosa a Tibau (a leste). Apresenta uma temporalidade que assume importância histórica no processo econômico e nas relações sócio-culturais que marcam e define a pesca marinha. A pesca marinha no espaço em questão é realizada, sob dois estágios – a pesca artesanal e industrial.

A trajetória do desenvolvimento do setor pesqueiro sinaliza uma estrutura organizativa atrelada a Colônias, Federações e Confederação Nacional de Pescadores. Esse atrelamento estabelece uma configuração de modelo de gestão da pesca, em cuja superação ainda não se encontra delineado. Como exemplo é significativo ressaltar que “A própria inoperância de várias Colônias de Pescadores é fruto” da “estrutura imposta e que somente após a promulgação da Constituição de 1988, conquistou o *status* de organização sindical independente” (CARDOSO, 2001, p. 24).

As Colônias de Pescadores espalhadas ao longo da costa potiguar e o sistema representativo da categoria que coordena as ações dos pescadores, buscando criar nova mentalidade sindical e, como força de trabalho. Na verdade a organização sindical regula-se na busca de criar, no seio dos associados, a percepção da dinâmica produtiva, que acirra a possibilidade efetiva da apropriação destes espaços marítimos pelos pescadores.

A pesca como atividade socioeconômica se reproduz sem uma política efetiva de governo, que carece de marcar o fim conflituoso arraigado no setor pesqueiro. Este setor precisa engendrar esforço no sentido de garantir à atividade a sustentabilidade, visto que como a atividade absorve efetivo expressivo de trabalhadores direto e indiretamente. O Rio Grande do Norte tem uma costa que apresenta duas feições – uma setentrional e outra oriental – caracterizada por 76 comunidades pesqueiras (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL, 1997, p. 6) espalhadas por 19 municípios costeiros – Baía Formosa, Canguaretama, Tibau do Sul, Senador Georgino Avelino, Nísia Floresta, Parnamirim, Natal, Extremoz, Maxaranguape, Touros, Pedra Grande, São Bento do Norte, Galinhos, Guamaré, Macau, Porto do Mangue, Areia Branca e Grossos.

Deve-se ressaltar que a pesca realizada no Estado tem uma frota motorizada com várias denominações – lancha, bote a motor, barco. São dos tipos pequeno, menor que 8 metros de comprimento; médio entre 8 e 12 metros e grande, acima de 12 metros de comprimento.

Quanto a arte de pesca / aparelho de pesca a atividade utiliza a linha, a rede de espera, arrasto de praia, arrasto de porta, caçoiera, tainheira, rede de agulha, tresmalho ou mangote, espinhel, tarrafa, mergulho livre, covo para camarão, puçá, e até o compressor, que embora proibido seja utilizado em algumas comunidades pesqueiras.

A pesca artesanal se realiza única e exclusivamente pelo trabalho manual do pescador e as formas de organização social das pescarias. Nela a participação do homem se dar em todas as etapas, manipulação dos implementos e do produto é quase total, prescindindo-se de tração mecânica no lançamento, recolhimento e levantamento das redes ou demais implementos. E não se apóia na grande produção ou na estocagem.

No Rio Grande do Norte no período de 1996 a 2006, conforme a tabela 1 - a pesca artesanal teve uma produção de pescado marítimo de 147.533,7 toneladas, distribuída ao longo do litoral potiguar, ou seja, no litoral Oriental (Leste e Sul) e no litoral Setentrional (Norte). O litoral Oriental (Leste/Sul) participa em 68%, enquanto o Setentrional com produção de 32% da produção estadual. No litoral Oriental destacam-se a produção de pescado dos municípios de: Natal (34%), Touros (8,4%), Maxaranguape (5,4%), Rio do Fogo (5,1%), Tibau do Sul (3,6) e Baía Formosa (2,3%). Enquanto no litoral Setentrional (Norte) os desempenhos estão nos municípios de Macau (9,1%), Caiçara do Norte (6,9%), Areia Branca (4,5%), Porto do Mangue (2,1%), São Miguel de Touros (1,8%), Guamaré (1,8%), Pedra Grande (1,6%), Galinhos (1,5%). Já a pesca industrial esta associada à pesca longínqua e por vezes à costeira e caracteriza-se pela captura de peixes, utilizando embarcações de porte, equipadas e dispendo de redes potentes.

Produção de pescado marítimo (total), por município, do Estado do Rio Grande do Norte, referente a 1996-2006.

Município	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL
Baía Formosa	340,1	317,1	219,7	279,2	222,4	205,0	288,3	377,4	444,0	359,2	357,7	3.410,1
Canguaretama	134,5	185,4	260,3	293,9	101,5	84,3	176,2	260,2	232,8	211,7	169,7	2.110,5
Vila Flor	13,6	12,5	16,8	33,6	19,3	26,8	25,9	40,3	34,9	31,1	37,0	291,8
Tibau do Sul	470,4	566,1	453,2	512,9	470,8	428,8	654,5	567,8	551,7	369,1	339,8	5.385,1
Arês	139,1	162,3	183,4	253,2	247,7	244,1	298,4	275,2	241,0	110,4	83,9	2.238,7
S. Georgino Avelino	110,0	161,9	147,2	207,9	122,8	209,2	229,9	204,4	227,1	93,5	105,4	1.819,3
Nísia Floresta	150,5	137,7	119,6	131,1	147,8	92,9	182,2	251,8	257,9	260,3	234,7	1.966,5
Parnamirim	120,2	116,7	47,8	50,3	55,7	25,6	58,1	103,9	82,0	43,6	69,0	772,9
Natal	1.979,6	2.360,9	2.756,4	3.979,1	4.663,1	5.539,1	5.975,8	5.199,5	5.422,1	5.617,0	6.017,7	49.510,3
Extremoz	206,7	211,5	141,7	190,8	160,5	161,5	248,0	230,7	231,8	190,6	226,3	2.200,1
Ceará Mirim	196,5	239,7	158,1	210,1	158,3	189,6	282,8	322,1	238,9	198,2	228,3	2.422,6
Maxaranguape	1.449,7	737,2	442,1	565,1	406,0	547,6	682,6	860,5	749,7	850,8	742,7	8.034,0
Rio do Fogo	-	591,7	424,6	691,0	736,1	698,9	632,6	1.032,6	927,4	867,4	941,3	7.543,6
Touros	1.658,1	853,2	789,5	642,1	714,8	935,5	1.298,1	1.759,7	1.182,5	1.268,4	1.260,9	12.362,8
São Miguel de Touros	-	238,9	294,6	245,9	247,9	428,7	363,0	307,4	205,1	143,9	227,6	2.703,0
Pedra Grande	229,1	140,5	155,5	199,1	155,4	223,9	247,8	321,9	235,2	224,3	253,1	2.385,8
Caçara do Norte	-	839,1	1.063,3	886,9	603,7	675,4	1.081,5	1.054,0	1.371,6	1.155,9	1.405,5	10.136,9
São Bento do Norte	913,3	-	82,1	63,2	38,3	80,1	48,6	93,5	47,3	14,7	17,4	1.398,5
Galinhos	152,3	161,8	206,2	204,1	146,8	193,8	318,6	290,8	155,3	175,7	237,2	2.242,6
Guamaré	155,6	183,4	230,2	219,3	161,3	290,3	290,7	249,6	314,7	283,4	284,2	2.662,7
Macaíba	742,5	876,2	866,2	1.082,4	1.022,2	802,7	1.266,0	1.474,8	2.240,5	1.540,2	1.502,1	13.477,9
Porto	-	-	-	-	-	-	-	338,9	270,3	314,0	442,2	3.073,8

Fonte: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/IBAMA-RN, 2008. Dados trabalhados pelo autor.

Tabela 1

A pesca e sua imagem socioeconômica e cultural

A pesca como atividade que encampa grande efetivo de trabalhadores – aqui chamados de pescadores, executa sua faina no ambiente marítimo, “ecologicamente distinto do “continental”, é um elemento fundamental ainda que não necessariamente de toda uma cultura marítima” (DIEGUES, 1995, p.30).

A história vivida dos pescadores do oceano/mar é relacionada com o distanciamento da “terra enquanto espaço de trabalho e vida e com apropriação econômica e sociocultural do meio marinho, onde os pescadores, tanto artesanais quanto os vinculados à pesca empresarial – capitalista” (DIEGUES, 1995, p. 30).

A relação do pescador com a parte material da atividade, ela é dinâmica e avessa. Apresenta-se não tipicamente capitalista, mas o é, tipicamente capitalista ao se caracterizar como trabalhadores subordinado ao trabalho remunerado pelo capitalista (empresas e armadores). Essa predisposição tem modificado o modo de produção e o transformado, num outro. Assim as alterações socioeconômicas e culturais determinam as formações estruturais da produção.

Ao se apropriar dos recursos do oceano/mar, ambiente físico de profundezas e alterações sazonais (tempestades), renováveis e movens; os pescadores realizam em sua prática socioeconômica uma gestão de pesca, que combina o ato da captura à ação da racionalidade dos recursos. Essa prática opera-se, enquanto apropriação econômica e cultural do meio, atrelada ao particularismo, investido ao pescador e à sua comunidade.

Nesse sentido pesca como atividade econômica é típica e caótica ao se pensar, enquanto território de diversos modos de apropriação, que coloca em risco a vida dos que nela trabalha, onde se opera em ritual, no qual “o oceano/mar é um espaço de competição” e que a partilha e a remuneração da força de trabalho, na maioria dos pescadores potiguar está subordinado a variáveis, como: se o pescador for dono da sua embarcação, da captura do peixe, da qualidade da pesca, neste caso estamos a nos referir, se a venda/comercialização foi rentável.

Em sua relação com o oceano/mar, os pescadores estão atrelados aos recursos, as variáveis incontrolláveis e não visíveis e em particular da estrutura construída aos longos dos anos, enquanto pescador. Nesse contexto a pesca e os pescadores, enxergados via as relações capitalistas no setor, reacende os conflitos entre a pesca realizada artesanal e a capitalista.

Temos de um lado a pesca artesanal litorânea e a pesca industrial. De um lado, existe a produção capitalista ou empresarial – capitalista que inclui a produção dos armadores de pesca (donos de mais de uma embarcação), e das empresas de pesca.

No caso do Rio Grande do Norte, existe uma tradição muito mais efetiva, a pesca artesanal e, de outro a sua transformação em produção capitalista “caracterizada pela separação do produtor direto do seu objeto e meio de produção, realizada através do capital e pela introdução das relações de trabalho capitalista assalariamento real ou disfarçado” (DIEGUES, 1995 p. 34).

Na pesca artesanal, em que os instrumentos de trabalho são extremamente de baixa capacidade tecnológica. No espaço em questão, e precisamente nas unidades espaciais na frente setentrional e oriental, o contingente humano é expressivo ao longo do espaço costeiro, que no seu substrato físico possuem 30 Colônias, das 64 Colônias de pescadores do Estado. Já os pescadores da pesca oceânica têm uma relação de trabalho formal – são empregados de alguma empresa ou de armadores. A pesca oceânica ou industrial, conta com cerca de 850 pescadores – tripulantes assalariados em 50 embarcações que formam a frota.

Segundo Cortez (2008) só a partir de 1996, que a pesca no Rio Grande do Norte, ao adaptar barcos costeiros em atuaneiros, inicia o processo de recuperação da atividade pesqueira que ganha impulso de 2001, “com a formação de um ‘joint ventures’ entre uma empresa local e outra de Taiwan” (CORTEZ 2008, p.4).

Mas é como uma ação de desenvolvimento, através do complexo industrial Atuaneiro do Rio Grande do Norte que novos empreendimentos foram sendo consolidados. Algumas estratégias não permitem o processo, da equalização econômica do preço do óleo diesel, para embarcações pesqueiras, isentando do ICMS pleno, barcos cadastrados, aprovados junto à secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República.

A pesca industrial enfrenta sérios problemas de sua gestão dada sua peculiaridade, requer linhas de crédito, com juros pagáveis; falta visão geopolítica do oceano/mar; os altos custos de captura e falta mão-de-obra especializada.

A atividade de pesca, no Rio Grande do Norte, busca meios de enfrentar o desafio de consolidar a pesca em alto mar, que precisaria renovar a frota. Em 2001, em razão da formação de uma joint – ventures, “foram agregados, à frota trinta e três barcos atuaneiros de alta tecnologia” (CORTEZ, 2008, p. 8).

Na cidade de Natal estão sediadas sete empresas de pesca, associadas a capitais europeus. “A frota, em sua maioria, detém alto nível tecnológico sendo que um desses fatores responsáveis pela performance conquistada pelo Rio Grande do Norte como mais importante exportador brasileiro de atuns e afins”(CORTEZ, 2008, p. 11).

A estrutura de suporte à pesca industrial ou oceânica localiza-se em Natal – no bairro da Ribeira, representada pelo cais de atracação, armazéns, unidades industriais, escritórios de despachos e de logística e oficinas diversas.

A pesca sendo uma atividade extrativa, é fortemente regulada e, por estabelecer-se sobre o oceano/mar, passa a caracterizar-se por diferenciar-se o que a torna uma atividade especial, comparada a outras formas de produção. Mas ela é dependente de muitas variáveis produzidas pela ação do homem.

Cadeia produtiva na pesca artesanal

Do ponto de vista das relações do trabalho o pescador artesanal é proprietário dos seus meios de produção, inexistindo a relação de emprego. Vivem de comercialização dos produtos de sua atividade econômica, executando a captura por conta própria, sem subordinação o que não ocorre com a pesca industrial.

A cadeia produtiva da pesca tem sua matriz nos pescadores, que são intermediados até chegar aos locais de venda. As comunidades pesqueiras são as grandes fornecedoras de pescado e que o processo de comercialização inicia-se nessas localidades. É oportuno mencionar certos aspectos que poderão evidenciar, mesmo que paralelamente, os motivos pelos quais praticamente nenhuma modificação expressiva vem ocorrendo nessa esfera de comercialização.

O caráter do pescador é decorrente do modo de produção em que o indivíduo é dono dos seus próprios meios de produção e se apropria diretamente do resultado de seu trabalho, decorrendo daí, certamente, o individualismo nas relações comerciais entre os pescadores.

Na forma de produção, no qual estão inseridos os pescadores artesanais, por sua própria natureza, dificulta o exercício do processo e métodos de gestão mais modernos ou mais típicos da cultura capitalista, resultando nos fracassos, quanto a operação de câmaras frigoríficas e fábricas de gelo, pelas Colônias ou mesmo por Cooperativa de Pescadores.

Perante, tais circunstâncias dá-se a entrada do “intermediário/atravessador” (SILVA, 1982), agente econômico, que age neste processo, atuando como financiador/fornecedor de insumos com garantia da compra da produção do pescado – um processo espoliativo dos pescadores, tendo como objetivo a manutenção das vantagens do poder econômico dos intermediários/atravessadores frente a incerteza da pesca para os produtores.

Entende-se, que por parte dos intermediários/atravessadores forja um processo de estruturação positiva que desenvolvem atividades de “aquisição e suprimentos de iscas, instalação de recepção e preparação (postagem, filetagem, etc.), câmaras frigoríficas, além de comercialização de pescados trazidos de outras regiões ou estados da federação, desde o Pará até o Espírito Santo” (RIO GRANDE DO NORTE, SAPE, 2005, p.22).

Esses agentes que fazem o encaminhamento dos pescados aos mercados e, eventualmente, agregam valor aos produtos, através do resfriamento, congelamento, postagem e filetagem, atendendo clientes inacessíveis aos pescadores artesanais e pequenos armadores.

A cadeia de comercialização dá-se via tal processo, em que parte da produção é comercializada localmente (a nativos, veranistas) e a parte maior, ou seja, o grosso da produção é repassada aos agentes intermediários/atravessadores, que exercem papel relevante no fluxo da distribuição, comercializados com outros agente e ou empresas.

Evidencia-se nesse processo é que o sistema de comercialização de pescado no Rio Grande do Norte, está constituído por ampla rede de intermediários/atravessadores, que agiliza a entrada do produto-peixe, crustáceo e molusco – no circuito, também aviltam preços ajudando do pagamento aos pescadores artesanais e pelos preços elevados pagos pelos consumidores.

O sistema de “distribuição e comercialização do pescado obedece a uma trama complexa, denominada de canais de comercialização que têm início na área de produção, passando por intermediários/atravessadores, chegando finalmente ao

varejista/consumidores” (SILVA, 1982, p.81). A atividade econômica de escala faz-se necessário o equilíbrio entre os agentes econômicos, mediante regulação do poder público, considerando os aspectos setoriais e econômicos.

Considerações finais

A atividade pesqueira artesanal no Estado do Rio Grande do Norte encampa pescadores e pescadoras registrados nas Colônias de Pescadores.

Como setor produtivo, as preocupações econômicas dos pescadores, pauta-se na baixa rentabilidade da atividade, visto que, o produto do seu trabalho é repassado ao dono da embarcação e ou ao intermediário, e àquele fica com 50% da produção e os 50% do pescador é adquirido pelo proprietário da embarcação. Vê-se, assim, o pescador excluído do processo de comercialização.

A atividade desenvolve-se em áreas tradicionais de pesca e grande parte da população costeira dedica-se direta e indiretamente a ela. O desenvolvimento da pesca artesanal no Rio Grande do Norte assenta-se na peculiaridade de sua potencialidade sobre estoques localizados. As regiões piscosas estão a distancia nunca superior, a 160 milhas.

Mas o homem, na tentativa de satisfazer suas necessidades, tem perturbado o equilíbrio dos recursos pesqueiros, entretanto, a questão hoje, assenta-se em outra realidade, priorizar o problema das espécies e dos ecossistemas ameaçados para que conste nas agendas políticas como item de maior importância no tocante à economia e aos recursos (Comissão Mundial, 1991).

O pescador artesanal ao explorar os recursos do oceano/mar, precisa estar alerta para a questão da racionalidade dos estoques, porque só através do desenvolvimento racional fica estabelecido um padrão de uso. Mas, é bem possível que a produtividade desses recursos seja insuficiente para atender à demanda.

Referência bibliográfica

ALMEIDA, João F. A propósito das expectativas dos jovens e da renovação da pesca: um comentário. In: MONIZ, António e KOVÁCS, Ilona (Org.). **Pescas e pescadores**. Oeiras: Celta Editora, 2000, p.75-80.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais: Natureza, Território, Movimento Social**. São Paulo, 2001. Tese.

CORTEZ, Antonio Alberto. **Pesca industrial: atuns e afins na dinâmica sócio-econômica potiguar**. Natal, 2008. Qualificação de Mestrado, UFRN.

COSGROVE, Denis (org.). **Mundos de significados. Geografia Cultural e imaginação**. In.: **Geografia cultural: um século (2)**. CORREA, Robert L., ROSENDHAL, Zeny. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000.

DIEGUES, Antonio. **Povos e Mares: leituras em sócio – antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB – USP, 1995.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. *Boletim Estatístico da Pesca Marítima do Estado do Rio Grande do Norte ano 1996*. Natal, 1998.

PENHA, M. *O que faz ser nordestino*. São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, Anelino Francisco da. *O homem e a pesca: as atividades pesqueiras no estuário e no litoral de Goiânia*. Recife, 1982. Dissertação, UFPE/ Departamento de Ciência Geográfica.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado de Aqüicultura, da Pescaria e da Pesca – SAPE. *Plano Diretor de Desenvolvimento no Estado do Rio Grande do Norte. Relatório 3*. Aspectos socioeconômicos da atividade pesqueira, Natal, 2005.